

autorizador, dia imediato ao da conclusão das provas de doutoramento, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Abreu de Faria Bilhim*.

Instituto Superior de Economia e Gestão

Despacho n.º 24 382/2006

Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa de 15 de Maio de 2006, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 25 de Agosto de 2005, Maria da Conceição da Silveira Machado Costa da Silva, assistente administrativa especialista do quadro deste Instituto, foi nomeada definitivamente, precedendo concurso, por conveniência urgente de serviço, chefe de secção, no mesmo quadro, com efeitos a partir de 15 de Maio de 2006, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Outubro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Vitor da Conceição Gonçalves*.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Rectificação n.º 1804/2006

Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 210, de 31 de Outubro de 2006, o despacho (extracto) n.º 22 194/2006, rectifica-se que onde se lê «professor associado Victor Manuel Machado Ribeiro Reis» deve ler-se «professor auxiliar Victor Manuel Machado de Ribeiro dos Reis» e onde se lê «Doutor Estélio Martin Henrique Dantes» deve ler-se «Doutor Estélio Henrique Martin Dantas». (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2006. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Escola Superior de Saúde de Bragança

Despacho (extracto) n.º 24 383/2006

Por despacho de 31 de Outubro de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, foi autorizado o contrato administrativo de provimento da licenciada Maria Eugénia Rodrigues Mendes para o exercício de funções de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral, na Escola Superior de Saúde deste Instituto, com efeitos a 2 de Outubro de 2006, por ter iniciado funções nessa data, por urgente conveniência de serviço, a que corresponde a remuneração mensal líquida de € 1023,31, para vigorar até 31 de Julho de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2006. — O Presidente do Instituto Politécnico de Bragança, *João Alberto Sobrinho Teixeira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Despacho (extracto) n.º 24 384/2006

Por despacho da presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 10 de Novembro de 2006, foi rescindido ao mestre Henrique Daniel Lopes Proença, por mútuo acordo, o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente na Escola Superior de Tecnologia deste Instituto a partir de 13 de Novembro de 2006.

13 de Novembro de 2006. — A Administradora, *Otilia Madalena Ramos Neves*.

Despacho (extracto) n.º 24 385/2006

Por despacho da presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 13 de Novembro de 2006, foi concedida a equiparação a bolseiro no estrangeiro no período de 22 a 25 de Novembro de 2006 a Pedro Nuno Moreira da Silva, equiparado a assistente na Escola Superior de Tecnologia deste Instituto.

13 de Novembro de 2006. — A Administradora, *Otilia Madalena Ramos Neves*.

CONCURSOS PARA CARGOS DIRIGENTES

GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO DIRECTA E INDIRECTA DO ESTADO

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Aviso n.º 12 672/2006

Procedimento concursal para recrutamento do cargo de director da Alfândega de Faro

1 — Nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto (Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado), torna-se público que a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) pretende proceder ao provimento do cargo de director da Alfândega de Faro (cargo de direcção intermédia de 1.º grau) através do correspondente procedimento de selecção.

2 — Área de actuação — direcção, coordenação e controlo da actividade e do funcionamento da Alfândega de Faro, com as competências previstas no artigo 22.º do Regulamento Orgânico e de Funcionamento da DGAIEC, publicado em anexo à Portaria n.º 1067/2004, de 26 de Agosto, circunscritas à respectiva área de jurisdição, definida no mapa anexo II do despacho n.º 23 442/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 16 de Novembro de 2004.

3 — Requisitos formais de provimento — de acordo com o disposto no artigo 20.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2004, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, conjugado com o artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 324/93, de 25 de Setembro, são requisitos de provimento:

- a) Ser técnico superior aduaneiro, no mínimo com a categoria de reverificador;
- b) Possuir competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo.

4 — Perfil exigido — os candidatos deverão possuir:

- a) Conhecimentos nas áreas aduaneira, fiscal e da prevenção e repressão da fraude aduaneira e fiscal;
- b) Experiência técnica na área de actuação do cargo;
- c) Experiência no exercício de funções dirigentes, com particular relevância no cargo de director de alfândega, de coordenação e ou de chefia de serviços ou núcleos;
- d) Capacidade de gestão e motivação de equipas, bem como para promover o trabalho em equipa.

5 — Composição do júri — é a seguinte a composição do júri:

Presidente — licenciado José Pereira de Figueiredo, subdirector-geral;